

# LONDRES

## Como esperar boas notícias de um país tão complicado?

A decisão do presidente José Sarney de suspender o pagamento dos juros da dívida externa brasileira não causou surpresa entre os banqueiros britânicos. Um deles, pedindo o anonimato, disse que "a situação do Brasil é hoje tão confusa, tão complicada, que não há como esperar boas notícias de Brasília, já que ninguém parece saber o que fazer".

"A grande interrogação agora — prosseguiu ele — é saber para onde vamos caminhar. Evidentemente, o governo brasileiro vai ter de conversar com os bancos. É óbvio que vai querer mais dinheiro — quanto, eu não sei —, e é igualmente óbvio que, se o Brasil quiser dinheiro, os bancos vão insistir para que, primeiro, entre em acordo com o Fundo Monetário Internacional".

Todos os cinco grandes jornais ingleses divulgaram com destaque a notícia de que o governo brasileiro iria anunciar oficialmente a suspensão do pagamento dos juros de sua dívida. Variaram apenas os títulos. Naturalmente, quem deu maior cobertura ao assunto foi o **Financial Times**, que já havia antecipado a medida. Além de uma matéria na primeira página, o jornal inglês publicou um editorial — com o título "Brasil sucumbe ao populismo" — dizendo, como conclusão, que Brasília está cheia de tecnocratas e eles sabem o que precisa ser feito.

Mas a opinião dos banqueiros é de que a situação da economia brasileira atingiu um ponto tal, que é necessário mais do que a mobilização de tecnocratas para reordená-la.

"Eu não acredito que os tecnocratas brasileiros tenham uma resposta pronta para o problema. Não creio que o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial também saberiam que medidas tomar para resolver a crise. A questão é realmente séria, porque não se trata de um problema apenas econômico. É também um enorme problema social. Eu não sei como vai ser resolvido, e só sinto que, com uma inflação de 600%, mais uma vez quem pagará o preço da desordem é a camada mais pobre da população."

No que diz respeito especificamente à questão da dívida externa, o diretor de um dos bancos credores do Brasil disse ao JT que ela é "muito grande para os bancos comerciais sustentarem sozinhos, e o problema criado é grande demais para que possam resolvê-lo. O Brasil terá de pedir a ajuda do FMI e também do Banco Mundial, se quiser voltar a respirar".

Um funcionário de outro banco também envolvido com a dívida brasileira, embora em menor escala, disse, logo de início, que "ninguém mais tem dúvida de que o governo brasileiro sacrificou o Plano Cruzado em função de ganhos políticos de curto prazo, deixando a economia do País em completa desordem".

"E a propósito — concluiu — há uma coisa de que o público brasileiro precisa ser informado, que é importante que ele saiba: os bancos estão perfeitamente conscientes dos problemas sociais do Brasil. Estão conscientes do sofrimento que toda essa situação causa aos setores mais pobres da população, que naturalmente são os mais sacrificados. O que os bancos desejam, mais do que qualquer outra coisa, é uma solução que permita a eles e ao governo brasileiro trabalharem juntos, de modo que o Brasil possa ter um período de quatro ou cinco anos para alcançar uma posição suficientemente estável, recuperar a confiança na sua potencialidade e voltar a crescer com base em investimentos. O Brasil necessita de investimentos dos bancos, de investimentos das multinacionais, enfim, de investimentos externos. E o que os bancos querem, porque é do interesse deles, é ver o Brasil recebendo de novo tais investimentos e economicamente saudável."

**José Carlos Santana, de Londres**

## Sugestão

### ao governo: um

### leilão cambial.

A proposta de criação do leilão cambial, lançada pela Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras (Abece) e enviada ao ministro da Fazenda, Dílson Funaro, pelo diretor da Cacex, Roberto Fendt, foi recebida com simpatia pelo ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco.

Pela sistemática, os exportadores trocariam os dólares obtidos no Exterior, cerca de 60%, pelo câmbio oficial. Os 40% restantes seriam leiloados pelo BC, rendendo cotações similares às do mercado paralelo.